

MIGUEL MARUJO

MORTE AOS TRAIADORES!

matéria·prima
edições 

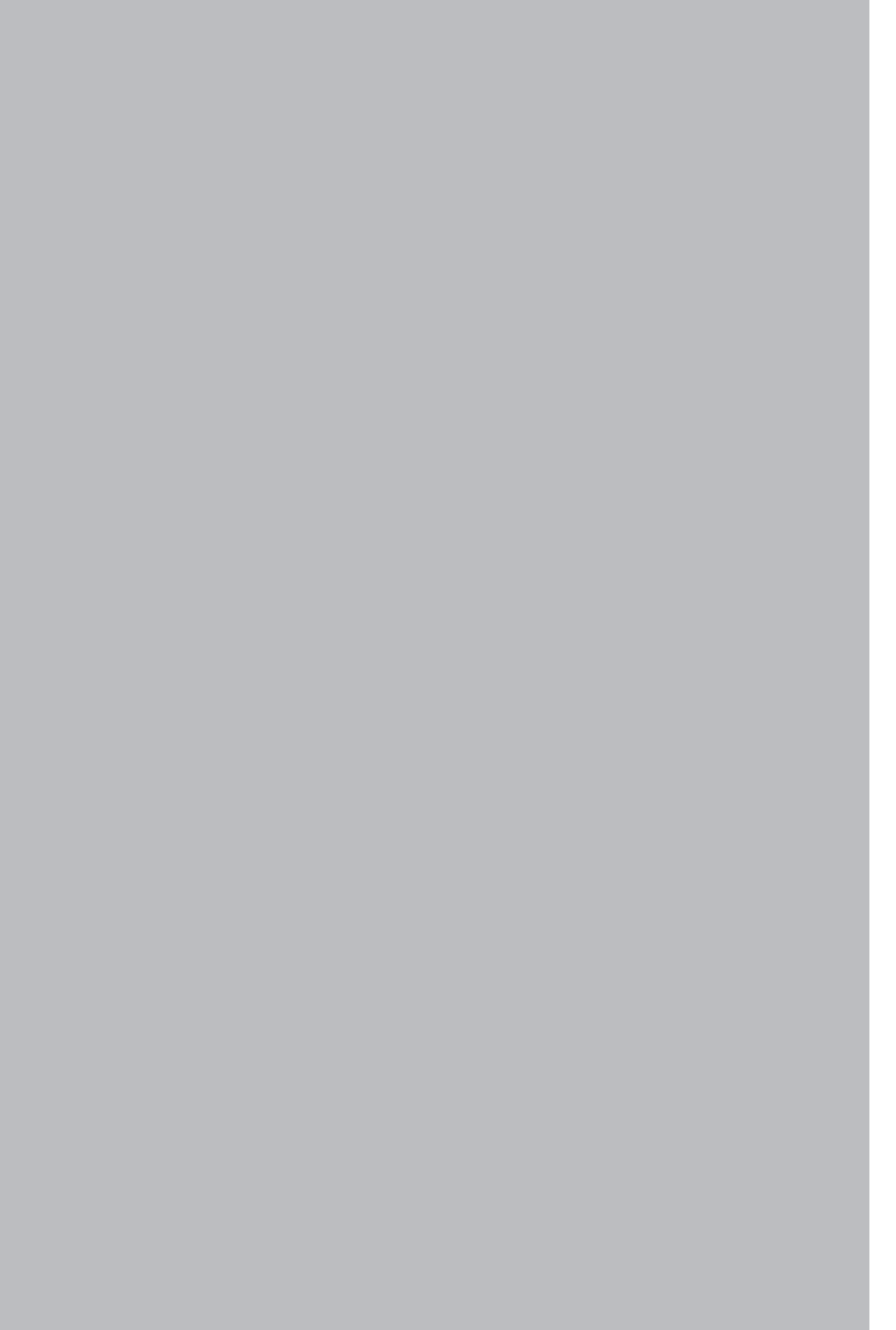
© 2018, Miguel Marujo e Matéria-Prima Edições
Todos os direitos reservados,
incluindo os direitos de reprodução total ou parcial em qualquer suporte.

Matéria-Prima Edições
Av. Miguel Bombarda, 42, 1.º C
1050-127 Lisboa
geral@mpedicoes.com
www.materiaprimaedicoes.com

Título: *PCTP/MRPP - Morte aos Traidores!*
Autor: Miguel Marujo
Revisão: Cristina Silveira de Carvalho
Paginação: Gráfica 99
Capa: Pedro Fernandes/Matéria-Prima Edições
Fotografia de capa: Legalização do MRPP no Supremo Tribunal de Justiça
18 de fevereiro de 1975
Foto de Octávio Paiva
Fotografia, p&b
Comissão Nacional de Eleições

Impressão e acabamento: Caflesa, Soluções Gráficas Lda.
1.ª edição: outubro de 2018
ISBN: 978-989-769-136-2
Depósito legal: ??? ???/18

*À Cláudia, pela história que somos.
À Clara, pelas histórias que nos ouvimos.*



Índice

O que eu andei para aqui chegar	11
1. MRPP. De onde veio	15
2. A morte do estudante que abalou o regime	29
Portugal de contradições	42
3. Chega o 25 de Abril. O MRPP está contra.....	45
“Porreiro, pá”	54
O megafone roubado.....	60
4. O partido proletário de tipo novo.....	63
As cinco condições para criar o partido	69
Cuidado com as imitações.....	73
Milhares na rua e o apoio do Vaticano	78
Nomes, siglas e símbolos que se confundem	80
5. Os americanos e o MRPP	85
Pedradas contra a Mobil.....	91
6. Porrada e tortura. Os militantes torturadores.....	99
Centenas de presos e sedes fechadas.....	106
Linha vermelha <i>vs.</i> linha negra	111
Quis ver a bola e safou-se da prisão.....	113

7. O refluxo da Revolução	117
Inimigo do inimigo, amigo é.....	124
8. Uma nota de rodapé	133
Amargos de boca.....	139
O Palace e o livro vermelho.....	143
O grande educador.....	145
Conta-me como foi.....	147
9. Mário deixa de ser Mário. O pai que mata o filho	151
A saída em 1982	157
Sem dinheiro algum.....	166
10. A formiga e a cigarra. Um partido de dois rostos em 40 anos	169
O apelo à geringonça.....	176
Os croquetes.....	180
Quem se mete com ele e com eles, leva.....	183
Nomes de código.....	186
Agitação e propaganda	190
Devoção revolucionária	192
Notas	194
Fontes consultadas.....	219
Bibliografia.....	221
Conclusão	225
Agradecimentos.....	227

O que eu andei para aqui chegar

É um acaso editorial que me põe no caminho do PCTP/MRPP, enquanto jornalista, na campanha eleitoral em 2015. Sem ir para a estrada com os partidos parlamentares, fico na redação do *Diário de Notícias* também a acompanhar os partidos mais pequenos. Calha-me em mãos o PCTP/MRPP, o partido de Garcia Pereira.

A intenção de fazer uma reportagem que retrate um dia de campanha do partido revela-se uma aventura: o contacto com responsáveis esbarra em chamadas não atendidas e numa agenda de campanha que é publicada no próprio dia no *site* do jornal *online* do partido, que nem sempre é cumprida: às 8h00 da manhã de um dia, à porta do centro de emprego das Picoas, ao contrário do agendado, nada acontece. Ou a ida à Cova da Moura, na Amadora, para uma ação de campanha acaba num desencontro, sem conseguir falar de novo com qualquer responsável que me ajude a localizar a caravana. Percebo depois que entraram por um lado do bairro, estava eu noutra.

É nessa consulta diária do *Luta Popular*, para ver a agenda, que começo a tropeçar em notícias no mínimo inesperadas: um mili-

tante do Porto, número dois da lista desse distrito, queixa-se que lhe estão a esconder a agenda da campanha do partido, num e-mail dirigido ao “camarada Arnaldo”; a mandatária da juventude, que é também a número um do PCTP no Porto, pede ao partido para deixar de usar a frase “Morte aos Traidores”, que o partido espalha pelo país, e confessa que não conhece “os camaradas por nome”. Em dias seguidos, o MRPP chega à capa do *Diário de Notícias*, por estas questões inusitadas.

Só bem perto do final da campanha é que me é possível acompanhar uma ação de contactos de rua em Vila Franca de Xira. Numa cidade que parece mais interessada na largada de touros do que nas eleições, Garcia Pereira esforça-se por fazer a sua mensagem. No bloco-notas registo que tem um ar cansado aquele que todos reconhecem como líder do partido, longe de imaginar o conflito surdo que se desenha no partido.

Estas e outras impressões acabam por dar forma às histórias das pessoas que ouvi, aos muitos documentos pesquisados das mais variadas fontes, aos vídeos vistos e aos sons escutados, às descobertas inesperadas e a pormenores só aparentemente acessórios, à consulta inédita e na íntegra do processo de um partido, qualquer que ele seja, como fonte documental.

O que aqui têm não é um livro de História – nem o jornalista tem a pretensão de se substituir ao historiador. O que se conta é exatamente a partir do ponto de vista do jornalista, com a recolha e consulta de muitas fontes e das entrevistas possíveis e necessárias, para cruzar as histórias das pessoas que fizeram e fazem a história deste partido.

A lógica desconfiada de quem usa o pseudónimo como código nem sempre permite recolher testemunhos em nome próprio, sem

medo de o fazer – e que se contorna na preservação dessa reserva. Arnaldo Matos recusa qualquer contacto tentado pelo autor, desde 2015. Garcia Pereira prefere quebrar o silêncio por escrito no seu blogue e numa rara entrevista em que aborda o caso – mas sem mais, apesar das diligências efetuadas. Mais uma vez procura-se o confronto de fontes e o cruzamento de informações que permitam contar a história de um partido que preserva uma aura de mistério e atração, também por ter atraído tantos que alguns se vieram a destacar nas mais variadas áreas, e que vive hoje um momento de duvidosa legitimidade.

As dúvidas levantadas aqui começaram por ser colocadas por mim, no meu trabalho no *Diário de Notícias*. Valeu-me esse trabalho ser mimado com adjetivos divertidos por Arnaldo Matos num editorial e num texto de opinião cheios de cor. “O verme da caneta Miguel Marujo, agora lacaio dos chineses”, nota o fundador do MRPP, numa prosa em que se mostra conhecedor das minhas origens, ao atacar os “liquidacionistas expulsos do partido, que são fontes de todos os cagaréus do jornalismo, como o paranóico Marujo”, apesar de se atrapalhar na identidade da minha entidade patronal: “O homem de mão dos chineses e agora agente das secretas portuguesas”, escreve Matos¹. No editorial insiste que, “pela terceira vez nos últimos treze meses, [o *Diário de Notícias*] encarregou um bardamerda de jornalista semi-analfabeto”² para escrever sobre o partido. Foi um pouco mais que três vezes. E aí, como agora, o exercício de jornalismo pretende ser a melhor resposta a dar a quem desconfia de um escrutínio que se quer rigoroso e distanciado.

A democracia saída do 25 de Abril merece uma transparência que nem sempre se compagina com as práticas dos partidos.

Mesmo entre aqueles que reivindicam para si uma espécie de pureza, como o PCTP/MRPP, que parece só já preservar o jargão. É este percurso de quase cinco décadas que este livro procura entrever, à espera que os historiadores lhe possam dar outro corpo.

1



MRPP. De onde veio

A FUNDAÇÃO. A ORGANIZAÇÃO.

A CLANDESTINIDADE

Fernando ia na sua *Renault 4L* para Aveiro com os papéis todos, de propaganda, e lá encontrava-se com um núcleo de trabalhadores da fábrica Casal. Reuniam-se no pinhal, o sítio era clandestino, e depois pegavam nas bandeiras e nos *sprays* – “e fazíamos uma agitação do caraças ali nas fábricas de São João da Madeira, de Ovar”. “Pintávamos a manta ali, à noite nas fábricas, à saída das fábricas e, depois, os relatórios da GNR diziam que o MRPP tinha nesta região uma poderosa organização que pinta paredes.”¹ E Fernando Rosas ri-se.

Um dos quatro fundadores do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) recorda que, nessas noites, iam por ali fora, “começávamos aí às onze da noite e íamos para aí até às três, quatro da manhã”, e pichavam palavras de ordem, “numa noite ta-ta-ta-ta”. “Era um grupo muito militante, muito jovem, muito militante, muito convicto! Oh pá, e depois acabava aquilo, metia-me no meu *4L*, vinha para baixo – sem dormir! –, fazíamos aquelas diretas e o núcleo, o outro núcleo, ficava lá... ficava e ficou.”

Nesses dias, nos primeiros anos da década de 1970, ir de Lisboa a Aveiro fazia-se por uma autoestrada curta de 26 quilómetros

que acabava em Vila Franca de Xira e depois seguia pela Estrada Nacional 1 fora – ultrapassando Rio Maior, serpenteando as curvas do Alto da Serra, passando ao lado do Mosteiro da Batalha, cruzando Leiria e Coimbra e chegando por fim a Aveiro. Eram muitas horas de caminho.

O MRPP nasce também por estas mantas pintadas e estes quilómetros percorridos. É fundado em 18 de setembro de 1970 numa reunião que, segundo outro dos seus fundadores, Vidaul Froes Ferreira, “serve apenas para formalizar a constituição do coletivo, uma vez que já havia um grupo de cerca de 50 e tal pessoas”. “Foi em casa do Filipe Rosas, em Benfica”, ali na Estrada do Poço do Chão, em Lisboa. “Ele estava presente, mas nós nunca o vimos. Aliás, só soube que era a casa dele uma data de anos depois.” Com Vidaul Ferreira estavam Arnaldo Matos, Fernando Rosas e João Machado, os quatro homens na origem do movimento. Foi decidido o nome do partido, o nome dos jornais, a composição do órgão central...”²

Fica MRPP, sem a palavra comunista no nome, como explica Vidaul Ferreira. “Há uma questão muito importante nesse dia”, o dia da fundação do partido, “que é a da discussão em torno da designação do grupo, se ele devia ou não chamar-se ‘comunista’. E nessa altura o Arnaldo Matos defendeu que não se devia chamar ‘comunista’ e os restantes defendiam que sim. O engraçado é que o Arnaldo Matos argumentou de uma tal maneira que nos convenceu a todos. Houve uma vitória de um a três. E deu-se a designação do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.”³

Não é de geração espontânea que acontece esta reunião fundadora. Por estes dias, muitos jovens de esquerda somam a sua desilusão com o “comunismo pró-soviético”, por causa do esma-

gamento da Primavera de Praga, à esperança sonhadora do Maio de 68 e aos ventos que vêm da China. Um caldo cultural em que mergulham também muitos no Portugal do Estado Novo. Como conta na primeira pessoa Fernando Rosas, que nessa altura abandona o PCP. “Eu saí do PC em 68, como muita gente, por causa quer da Checoslováquia, quer do Maio francês. São duas coisas que, na altura, abalaram muito a minha geração de jovens estudantes. A seguir, o que nós vamos fazer é a Esquerda Democrática Estudantil, a EDE, que é uma organização que vive intensamente a crise de 69/70 na universidade.”⁴

Este *nós* não é um simples plural majestático: para a criação da EDE, Fernando Rosas junta-se a Amadeu Lopes Sabino – que preside à Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, em 1966/67, e que será depois advogado, jornalista, professor universitário e funcionário europeu. Era um “movimento novo”, bastante eclético, que se assume como uma organização “unitária”, “reunindo as forças democráticas da esquerda estudantil dispostas a lutar contra a ordem fascista”, que assumirá uma feição mais “marxista-leninista”, como aponta o historiador Miguel Cardina⁵.

É neste contexto que, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Rosas conhece Arnaldo Matos, que chega de Macau, onde faz o serviço militar e contacta com as obras de Mao. “Participamos, nas eleições de 69, numa coisa que se chamava o Movimento da Juventude, que é a juventude eleitoral da CDE, mas fazendo parte da ala esquerda desse movimento – os que defendiam que não se devia ir às eleições”, recorda o historiador⁶.

Estas eleições legislativas decorrem num contexto de aparente abertura política do regime do Estado Novo. Marcelo Caetano

chega ao poder em 1968, com a queda da cadeira do ditador Oliveira Salazar, mantido na ignorância de que já não manda no país até à sua morte em 1970. Marcelo Caetano pretende “ensaiar uma relativa mudança no regime, permitindo a concorrência de comissões eleitorais da oposição, sem contudo autorizar a constituição de partidos, nem atualizar os cadernos eleitorais e restringindo a campanha eleitoral apenas a um mês antes das eleições”⁷.

A pluralidade de quatro listas candidatas à Assembleia Nacional é fogo de vista: a União Nacional, o partido único do regime, elege a totalidade dos 130 deputados, com 87,99% (são 981 263 votos) e a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) fica-se pelos 10,29% (114. 745 votos). Já a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) tem 16 863 votos (1,51%), mas a sua candidatura circunscreve-se aos círculos de Lisboa, Porto e Braga, depois de falhada uma lista unitária da oposição – socialistas e comunistas não se entendem nestes três círculos e Mário Soares reconhece a decepção por a sua CEUD ficar atrás da CED em Lisboa e Braga. Por fim, a Comissão Eleitoral Monárquica é pouco mais que inexistente: 1324 votos, 0,12%.

Estes números ajudam a explicar o debate que se instala nos meios oposicionistas, nomeadamente aqueles que na CDE defendiam que não se devia ir a votos. Os jovens afetos à EDE defendem o “boicote ativo à farsa eleitoral”⁸. Na revista *O Tempo e o Modo*, que começa por estar ligada a setores católicos progressistas e que a extrema-esquerda vai hegemonizar, promove-se uma mesa-redonda onde Arnaldo Matos considera que “a contradição está não no ter participado, mas no querer participar sem querer ir até ao final”. Amadeu Lopes Sabino nota que se incluía entre “os mais radicais” que “eram pela pura e simples abstenção”.